Bolsas
Na sexta-feira
1,39% São Paulo
0,46% Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias
165.528 — 168.498
3/11 4/11 5/11 6/11

Na sexta-feira
R$ 5,508
(+0,37%)

Dólar

	Últimos
29/outubro	5,387
30/outubro	5,444
3/novembro	5,487
4/novembro	5,451
5/novembro	5,488

Salário mínimo
R$ 1.621

Euro
Comercial, venda na sexta-feira
R$ 6,136

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,66%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Maio/2026	0,58
Junho/2026	0,16
Julho/2026	0,07
Agosto/2026	-0,32
Setembro/2026	0,82

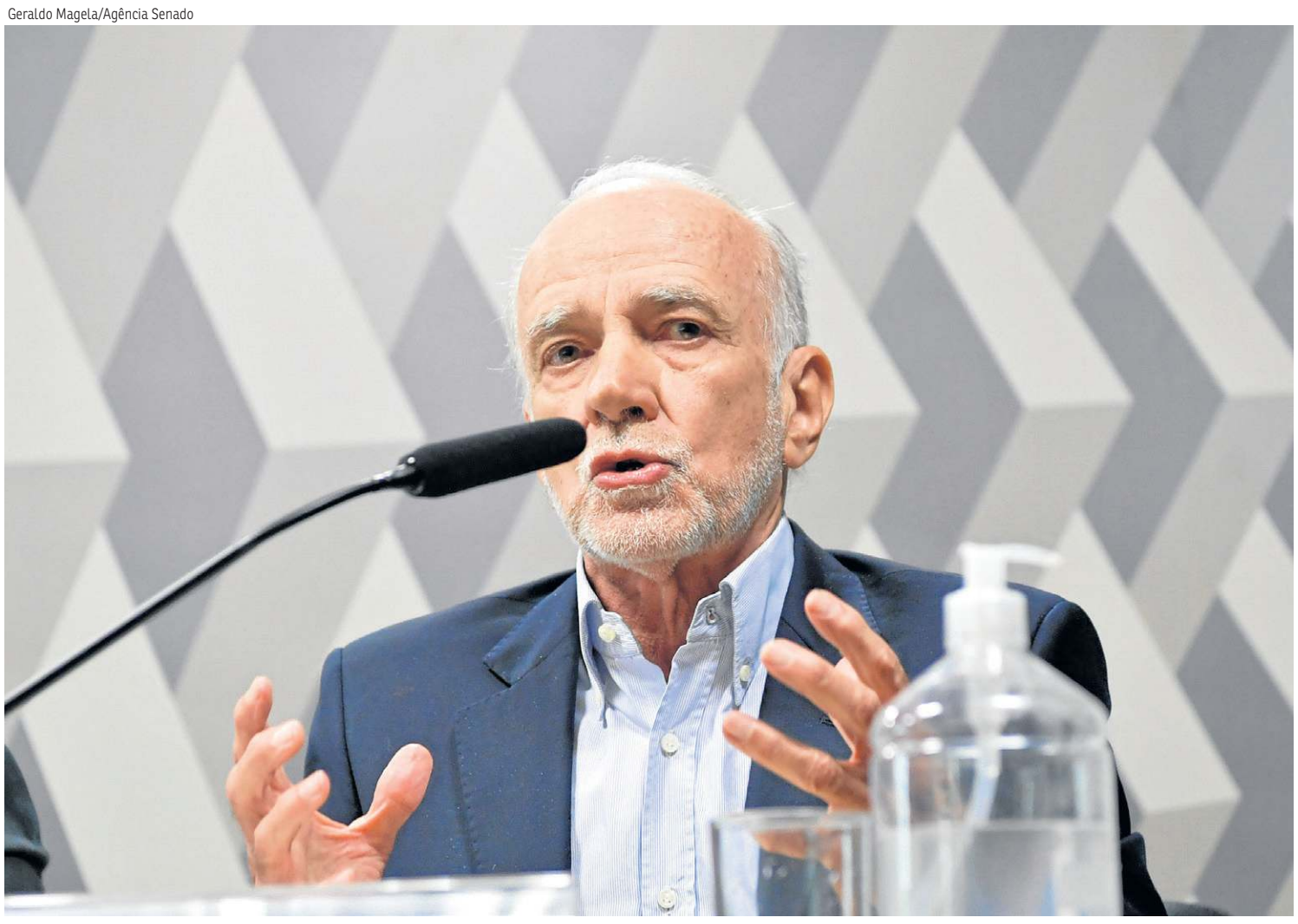
CONTAS PÚBLICAS

Mercado pressiona por ajuste fiscal

Após comentários de petistas, investidores temem que governo adote proposta de André Lara Resende de atacar o custo da dívida

» PEDRO JOSÉ BORGES

Geraldo Magela/Agência Senado



A proposta de Lara Resende, um dos pais do Plano Real, ganhou destaque depois que a petista Gleisi Hoffmann compartilhou o artigo

O mercado financeiro exerce pressão para que o governo Lula anuncie medidas de ajuste fiscal capazes de conter o crescimento da dívida pública. Investidores e analistas argumentam que, sem mudanças na trajetória das contas públicas, o país poderá enfrentar dificuldades para sustentar o endividamento, com reflexos sobre os juros e os investimentos.

Em meio a esse cenário, o economista André Lara Resende propôs atacar o rentismo e a taxa de juros para controlar a trajetória da dívida, sustentando que o principal motor da crise fiscal brasileira não é o excesso de gastos públicos, mas sim o custo financeiro exorbitante gerado pela Selic elevada.

Apesar dos rumores, o economista negou ter conversado com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a proposta de reformulação da política fiscal e monetária que apresentou recentemente e repercutiu entre economistas e representantes do governo. A declaração foi dada após especulações sobre possíveis articulações dentro do governo para adoção da medida. Segundo o economista, não houve contato direto com o presidente e não há intenção de assumir um cargo na administração federal.

"Não falei com o presidente Lula, não tenho contato com ele, não tive contato e nem foi marcado contato nenhum", afirmou para a BBC News Brasil. Lara Resende também comentou a repercussão da proposta e disse que recebeu manifestações favoráveis, enquanto as principais críticas partiram de representantes do sistema financeiro. "Tem muita gente que gostou (da proposta), e quase unanimemente quem não gostou é do sistema financeiro e seus representantes na grande mídia", declarou.

O economista afirmou que a associação de seu nome a possíveis conversas com Lula poderia ter o objetivo de desgastar a ideia ou pessoas que a defenderam. Ele classificou a situação como uma disputa interna no governo na qual acabou envolvido, apesar de não pretender integrar a administração. A ideia ganhou destaque após a deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR) compartilhar, no último domingo, o artigo comentando ser "fundamental para enfrentar a ofensiva terrorista sobre a política fiscal brasileira."

A cobrança por um ajuste fiscal ganhou força também após a decepção de parte do mercado financeiro com a vitória de Lula sobre o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) nas eleições. Durante a campanha, o candidato derrotado defendia um corte de despesas públicas, que chamou de "tesouraço" na máquina estatal, com redução de ministérios, cargos e gastos administrativos.

Desequilíbrio fiscal

Um dos idealizadores do Plano Real que controlou a inflação nos anos 1990, Lara Resende parte do diagnóstico de que os juros elevados e o custo do serviço da dívida pública são fatores centrais do desequilíbrio fiscal brasileiro.

Segundo Lara, o debate público e a grande imprensa concentram-se no suposto "descontrole fiscal" dos gastos governamentais, mas as contas primárias brasileiras (excluindo o serviço da dívida) estão praticamente equilibradas ou apresentam um deficit pequeno perante padrões internacionais de 0,4%. Para ele, o verdadeiro motor da trajetória explosiva da dívida pública, que está, atualmente em 82,9% do PIB, é a taxa básica de juros fixada pelo próprio Banco Central.

Na avaliação apresentada pelo economista, o serviço da dívida consome mais de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) ao ano, cerca de R$ 1,4 trilhão. Ele também aponta que a taxa básica de juros elevada encarece o crédito para famílias e empresas, desestimula investimentos produtivos e aumenta a transferência de recursos para os detentores de títulos públicos.

Para mudar esse cenário, Lara Resende propõe a criação de um Conselho Fiscal e Monetário Nacional (CFMN), responsável por estabelecer metas fiscais e monetárias integradas para períodos de quatro a cinco anos. Pelo modelo, o Banco Central manteria a taxa Selic em um intervalo delimitado pela meta de inflação de 3% ao ano, no piso, e pelo crescimento nominal potencial da economia, estimado em 5,5%, no teto. Decisões fora dessa faixa dependeriam de autorização do conselho.

O plano prevê ainda que o Banco Central anuncie uma redução gradual da Selic ao longo de 12 meses, até atingir aproximadamente 7,5% ao ano. Segundo o economista, a mudança poderia gerar uma economia fiscal equivalente a cerca de 4% do PIB por ano.

Para enfrentar possíveis pressões sobre a inflação e o câmbio durante a transição, a proposta considera a predominância de títulos da dívida pública vinculados à Selic e prevê o uso das reservas internacionais para amortecer eventuais saídas de capital especulativo.

> **A conta de juros mostra onde está parte da despesa; não prova que a política monetária seja sua causa exclusiva"**
>
> ***Solange Srour, chefe de macroeconomia para o Brasil do UBS Global Wealth Management***

A proposta recebeu críticas de economistas ligados ao mercado financeiro. Solange Srour, chefe de macroeconomia para o Brasil do UBS Global Wealth Management, afirmou que o peso dos juros nas despesas públicas não demonstra que a política monetária seja a causa exclusiva do problema fiscal. "A conta de juros mostra onde está parte da despesa; não prova que a política monetária seja sua causa exclusiva", escreveu.

Ana Paula Vescovi, ex-secretária do Tesouro Nacional e ex-economista-chefe do Santander, por sua vez, questionou a possibilidade de utilizar as reservas internacionais para conter eventuais pressões cambiais. Para ela, faltam limites e critérios claros para a operação.

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, também fez ressalvas à ideia e afirmou que o governo não iniciou uma avaliação formal da medida. "Do meu ponto de vista, não é uma proposta, é uma ideia incipiente que foi colocada para debate público, mas não é uma proposta a ser avaliada ainda e tem várias deficiências do meu ponto de vista", declarou a jornalistas.

Lula diz ser responsável com gastos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a condução fiscal do governo e criticou as cobranças do mercado financeiro por medidas de ajuste nas contas públicas. Durante reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), ontem, Lula questionou as avaliações sobre a responsabilidade fiscal da gestão e afirmou que o orçamento está sendo encaminhado com superavit.

"Quantos países do mundo têm a seriedade fiscal que nós temos? Alguém pode falar que esse governo não tem responsabilidade fiscal? Alguém pode falar?", questionou Lula, para responder: "Para alguém falar que a gente não tem, as pessoas precisam dizer como é que nós pegamos esse governo. Se as pessoas não disserem como é que nós encontramos esse governo, não tem comparativo."

O presidente também reiterou que não pretende transferir o custo de um eventual ajuste para a população de baixa renda. "A única coisa que ele tem que saber é que o pobre não pagará a conta. A única coisa que ele tem que ver é que nós não levaremos o povo pobre a nenhum sacrifício. E eu tenho comigo a minha história", declarou.

Lula prepara um pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão para a noite do próximo domingo. A expectativa é de que o discurso reforce o compromisso do governo com a condução fiscal e dialogue com as preocupações do mercado financeiro, em meio às oscilações recentes do dólar e da Bolsa.

Para o economista Newton Marques, professor da Universidade de Brasília (UnB) e especialista em políticas macroeconômicas, sistema financeiro e economia do setor público, a pressão por cortes de despesas primárias atende aos interesses do mercado financeiro. Segundo ele, a taxa de juros elevada beneficia o setor e as cobranças não devem ser tratadas como a única referência para a política econômica.

"Com a taxa de juros alta como está hoje, quem ganha é o mercado financeiro. Eles ficam fazendo jogo para pressionar o governo a cortar gastos primários, mas o governo precisa tomar uma atitude que não seja simplesmente o que a Faria Lima e os economistas ortodoxos querem", explica.

Promessas eleitorais

Marques também relacionou a discussão sobre o ajuste fiscal aos compromissos assumidos por Lula durante a campanha eleitoral. Para o economista, uma redução de despesas sociais contrariaria a promessa de manter os investimentos e evitar cortes profundos nos gastos públicos.

"O Lula foi eleito prometendo manter os investimentos e não fazer um 'tesouraço'. Se ele ceder ao mercado e cortar gastos sociais, vai ser um estelionato eleitoral. Existe um risco claríssimo de perda de capital político — todo mundo lembra o que aconteceu na época da Dilma por conta do arrocho fiscal", diz.

Questionado sobre a escolha de um ministro da Fazenda, o economista afirmou que a decisão dependerá da orientação do presidente. "Tem que ver qual é a orientação que o Lula vai dar. Ou se vai aceitar alguém sugerir algo, ele sabe o que que ele tem que fazer (indicar alguém que não descumpra promessa de campanha)", declarou. (**PJB**)

Ricardo Stuckert



Lula reiterou que não vai transferir o custo do ajuste para os pobres